

# Pesquisa-intervenção e Psicologia escolar/educacional: entrevista com Luciana Lobo Miranda

*Intervention-Research and School/Educational Psychology: interview with Luciana Lobo Miranda*

**Tadeu Lucas de Lavor Filho, José Alves de Souza Filho, Monalisa Silva Xavier**

## Resumo

Compartilhamos uma entrevista com Luciana Lobo de Miranda, doutora em psicologia da PUC-RJ e professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Miranda tem ganhado destaque nos estudos de pesquisa qualitativa no Ceará por suas construções coletivas com movimentos sociais, graduandos, pós-graduandos, secundaristas e professores de escolas públicas, e consequentes contribuições teórico-metodológicas no campo da pesquisa-intervenção. Por suas narrativas, conhecemos sua trajetória pessoal próxima a importantes personalidades da análise institucional do Brasil, as singularidades de suas estratégias metodológicas de pesquisar COM na pesquisa-intervenção, suas críticas às condições da psicologia escolar/educacional e às políticas públicas da educação brasileira.

## Palavras-chave

Pesquisa-intervenção, Análise Institucional, História da Psicologia.

## Abstract

*We share an interview with Luciana Lobo de Miranda, PhD in Psychology at PUC-RJ and full professor at the Department of Psychology at the Federal University of Ceará. Miranda has gained prominence in qualitative research studies in Ceará for its collective constructions with social movements, undergraduates, graduate students, high school students and public school teachers, and consequent theoretical and methodological contributions in the field of intervention research. Through their narratives, we know their personal trajectory close to important personalities of institutional analysis in Brazil, the singularities of their methodological strategies for researching COM in intervention research, and their criticisms of the conditions of school/educational psychology to public policies in Brazilian education.*

## Keywords

*Intervention research, Institutional Analysis, History of Psychology*

## Tadeu Lucas de Lavor Filho

**Universidade Federal do Ceará**

Graduado em Psicologia (UNILEÃO). Doutorando e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, Brasil.

Colaborador do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS/UFC).

Membro do Projeto Artes Insurgentes (SECULT/UFC).

Membro do Projeto de Extensão É da Nossa Escola que Falamos (UFC).

[tadeulucaslf@gmail.com](mailto:tadeulucaslf@gmail.com)

## José Alves de Souza Filho

**Universidade Federal do Ceará**

Doutorando, Mestre e Graduado em Psicologia pela Universidade Ceará (CAPES). Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Cruzeiro do Sul. Pesquisador do PARALAXE: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Colaborador do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS).

[josefilhoss@gmail.com](mailto:josefilhoss@gmail.com)

## Monalisa Silva Xavier

**Universidade Federal do Delta da Parnaíba**

Doutora em Psicologia pela UNISINOS-RS. Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Delta da Parnaíba (UFDPAr) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS).

[monalisapx@yahoo.com.br](mailto:monalisapx@yahoo.com.br)

## Introdução

A pesquisa-intervenção (PI) politiza a produção científica, na medida em que implica os agentes sociais na construção de conhecimento a partir do estudo das múltiplas realidades e cenários dos quais são participantes. Nesse fazer da PI, tem se destacado Luciana Lobo Miranda, professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, contribuindo com a afirmação da Psicologia escolar/educacional no Ceará através de pesquisas junto aos atores de escolas públicas com discussões teórico-metodológicas acerca da PI. Desde 2004 ministra a disciplina de Psicologia Escolar/Educacional e desde 2018 coordena o Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS), desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão com os projetos “É da Nossa Escola que Falamos” e “Pensando Caminhos, Construindo Profissões”, ambos cadastrados na Pró-reitora de Extensão da UFC. Na entrevista com Luciana Lobo Miranda buscamos conhecer sua trajetória de formação, ideias e práticas na realização da PI em contexto escolar. Por sua trajetória, temos as nuances e perspectivas da construção histórico-social da pesquisa-intervenção na Psicologia escolar educacional no Ceará.

Em 1987, iniciou a graduação em Psicologia na Universidade Santa Úrsula (USU) no Rio de Janeiro onde pode ser aluna de Heliana Conde. Em 1988, prosseguiu seus estudos no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde participou do movimento estudantil e do Projeto de extensão em Psicologia Comunitária, hoje Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). Na área educacional, realizou estágio na escola SESC de Fortaleza. Em 1994, entrou para o Mestrado em Psicologia da PUC-Rio e foi orientada pela Profa. Maria Helena Novaes. Dois anos depois defendeu a dissertação intitulada: "Produção de Subjetividade: por uma estética da existência".

Com a morte de Deleuze, o hoje professor da FAGED-UFC Dr. Sylvio Gadelha, a convidou para uma de suas primeiras publicações, um artigo no caderno Sábado, suplemento do jornal O Povo sobre Félix Guattari e sua parceria com Deleuze. O artigo foi intitulado "Félix Guattari: um militante à flor do Cosmos" (MIRANDA, 1995). O caderno homenagem teve também artigos de Suely Rolnik, além do próprio Gadelha. Em 1997, Miranda se tornou mãe e ingressou no doutorado, onde deu continuidade a pesquisar as interfaces entre subjetividade e cultura contemporânea, atravessada pelo desejo de que a "empíria" tomasse um lugar central em sua pesquisa. Amparada no conceito de produção de subjetividade (GUATTARI, 1992; GUATTARI; ROLNIK, 1999) e sua relação com a mídia, passou a pesquisar as TVs Comunitárias no Rio de Janeiro. Teve como orientadora Solange Jobim e Souza. Trabalhando na interface da Análise-institucional de Lourau e Lapassade e no dialogismo e polifonia de Bakhtin foram se delineando os contornos de sua primeira PI, embasada em uma centralidade teórico-metodológica onde a análise de implicação, isto é, a análise das próprias condições da pesquisa é inerente aos dados (LOURAU, 1993).

Fez doutorado-sanduíche em PARIS VIII, Universidade de Deleuze, Lourau e Lapassade, onde estudou com os professores: Dany-Robert Dufour (coorientador), Patrick Berthier e Marília Amorim, dentre outros. De volta a PUC-Rio, em setembro de 2002 defendeu a tese "Criadores de Imagens, Produtores de Subjetividade: A Experiência da TV Pinel e da TV Maxambomba", onde discutiu os processos subjetivos engendrados por jovens residentes da periferia ou usuários de saúde mental na enunciação de si mesmos. A tese retrata uma PI que edifica alicerces para a discussão do pesquisarCOM, proposta metodológica aperfeiçoada posteriormente em pesquisas e projetos de extensão e também foi objeto de estudo de pós-doutorado, ocorrido entre agosto de 2017 a julho de 2018 no *Critic al Social*

*Personality Psychology Program no Graduate Center da City University of New York (CUNY), a maior Universidade Pública da Cidade de Nova York.*

Após contextualizada a trajetória de formação de Luciana Lobo Miranda, passamos então às ideias da autora acerca da PI na Psicologia escolar/educacional no Ceará e suas reverberações teórico-conceituais e metodológicas. Seguimos com a entrevista feita com a pesquisadora.

1. Querida Luciana, em meio às comemorações de sua promoção a professora titular, que laureou sua trajetória na universidade pública, temos a curiosidade de conhecer e apresentar sua pessoa, enquanto professora, pesquisadora, psicóloga, mãe e, sobretudo, mulher. Como você apresenta Luciana Lobo Miranda a seus leitores?

Nossa trajetória, apesar de carregar uma singularidade, lógico, é um percurso, uma história coletiva que nos atravessam e nos constituem. As diversas marcas que atravessam meu percurso profissional trazem marcas familiares, as implicações do fato de ser mulher, de vir de outro estado, dentre outras. Há marcas constituídas na vivência universitária, que nesse entrecruzamento trazem também as marcas teóricas que tratam de nossa lente de leitura do mundo. Primeiro, sou filha de professores da universidade pública: meu pai, Dilmar Santos de Miranda, professor de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC), e minha mãe, Lilia Ferreira Lobo, psicóloga, professora do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Dois pais militantes que construíram suas trajetórias no período da ditadura militar e no processo de redemocratização. Sempre tive um ambiente politizado dentro de casa e de valorização da universidade pública. Além disso, tenho uma mãe que é foucaultiana. Ela sim é foucaultiana (risos)! E também já trabalhou com análise institucional.

Nessa marca política, essa marca de casa, essa marca da minha trajetória pregressa, construí minha formação. Na graduação na UFC me aproximei do movimento estudantil e fui do Projeto de Psicologia Comunitária, hoje NUCOM, onde atuávamos no litoral e no sertão com as associações comunitárias. Viajávamos uma vez por mês e era incrível conhecer o Ceará, sua riqueza cultural, através das vivências com as comunidades.

Depois retornei à Universidade Federal do Ceará como docente em 2004, já com mestrado e doutorado, que fiz antes na PUC do Rio. Minha formação de pós-graduação foi marcada pela maternidade. Durante meu percurso do doutorado tive dois filhos. Então essa marca de ser mãe e mulher na vida acadêmica eu também carrego. A questão de gênero definitivamente me atravessa. Enfim, há estes marcadores. Minha formação também desde cedo tem uma relação orgânica com a educação. Eu tenho formação no magistério para pré-escola, fiz escola normal e fui professora também de escola, do que hoje em dia corresponde à educação infantil. No Curso de Psicologia fiz boa parte dos estágios obrigatórios na área educacional e após me formar fui trabalhar como Psicóloga escolar, atuando em uma escola particular de Fortaleza. Apesar de ter saído da escola no ano de 1987, a escola nunca saiu de mim. (Risos).

2. Mesmo com anos no Ceará, seus alunos facilmente reconhecem suas raízes cariocas pelo seu sotaque. Para suas orientadas, orientandos e colegas, reconhecemos as

especificidades dessas raízes da sua formação, seja por sua proximidade e circulação com os trabalhos da Análise Institucional brasileira quanto aos próprios estudos foucaultianos. Conta-nos sobre sua formação.

Conheci a análise institucional muito cedo. Por essa ambiência que a minha mãe vivia e vive: amiga da Cecília Coimbra, da Heliana Conde dentre outras professoras pesquisadoras. Desde adolescente convivi com mulheres muito importantes na psicologia brasileira. Passei para o curso de Psicologia na Universidade Santa Úrsula, onde tive o primeiro contato com a análise institucional, com o curso que a Heliana Conde ministrou em 1987. Logo em seguida, o grupo da Heliana lançou o livro “Análise Institucional no Brasil”, em 1989, em que problematizam a análise institucional, no princípio com as marcas francesas, e sua chegada no Rio de Janeiro. No artigo “A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo” de Heliana Conde Rodrigues e Vera Lúcia Batista de Souza, (RODRIGUES; SOUZA, 1987) as autoras interrogam por que no Brasil a AI, originária da Sociologia, encontrou eco nas práticas *psi*. Elas se questionam sobre as inquietações, insatisfações e carências da Psicologia são reveladas, ou ocultadas quando nos apropriamos da AI, e argumentam que talvez seja uma forma de trazer questões política para área de intervenção *psi*. Aí tem a questão: esses atravessamentos políticos da posição do pesquisador, da neutralidade, das instituições problematizadas na AI nos ajudaram, já no final dos anos 80, para despsicologizar um pouco a psicologia. A análise institucional contribuiu no engendramento de uma Psicologia brasileira crítica, ao trazer os marcadores políticos, sociais, econômicos e institucionais para as engrenagens da subjetividade, matéria prima *psi*. A análise institucional trouxe essa despsicologização, essa desterritorialização e essa politização da psicologia, que era necessária no contexto de reabertura democrática no Brasil. Hoje falar disso é muito mais comum, pensar uma psicologia social, uma psicologia educacional com essas marcas políticas/institucionais. Uma psicologia que não se encerra entre quatro paredes, numa relação *díade*, que não é para poucos. Mas naquela época não era bem assim...

Quando eu entrei no curso de Psicologia, em 1987, sentia um incômodo com a naturalização dos processos psíquicos e uma dissociação dos contextos histórico/político/social/econômico, algo eu via muito forte no círculo que a minha mãe discutia, atravessada pela filosofia, pela sociologia. Quando vim para Fortaleza, um ano e meio depois, no segundo semestre de 1988, um território que eu me senti muito confortável foi o projeto de Psicologia Comunitária, que depois se tornou NUCOM (Núcleo de Psicologia Comunitária), com outra matriz epistemológica, trabalhando com Paulo Freire, com Martín Baró e com a pesquisa-ação, que dizia de uma psicologia socialmente comprometida e não encerrada nas quatro paredes. Foi outra marca da minha formação, ao mesmo tempo em que a questão da educação sempre me foi muito próxima. Sempre pensando, com esse viés mais institucional, o campo da educação, a escola como uma instituição que divide, que produz, que normatiza sujeitos, que demarca o que deve e o que não deve ser aprendido, os que aprendem e os que não aprendem. Essas marcas e como a psicologia pode entrar nesse cenário foi uma coisa que me interessou desde a minha formação na graduação.

No entanto, foi na preparação para a prova de mestrado na PUC-Rio, que me deparei mais de perto com a chamada: “Filosofia da Diferença”. Na bibliografia recomendada para a prova constava “Vigiar e Punir” de Foucault e “As três ecologias” de Guattari. Fiquei impressionadíssima com essas obras. Quando fui cursar o mestrado, em 1994, voltei a estudar e me interessar pela análise institucional, mas me debruçando mais sobre a obra de Felix Guattari. Na pós-graduação, outras pessoas da minha turma de

mestrado também trabalhavam com análise institucional, uma delas é a Anna Uziel, que tinha feito a graduação, e hoje é professora, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A gente produziu um artigo na época sobre as ferramentas da análise institucional (MIRANDA; UZIEL, 1995).

No mestrado fui aluna de Solange Jobim e Souza. Ela e a Lúcia Rabello de Castro, então professora do PPG de Psicologia da PUC-Rio, desenvolviam um projeto de pesquisa que trabalhava com questões de infância e Teoria Crítica. Foi quando tive contato com Walter Benjamin, através da Solange e com Adorno pela Lúcia Rabello. Eram referenciais que eu não conhecia para pensar as questões da desnaturalização da infância, que numa “linguagem” da Análise Institucional significa pensar a infância como instituição. Solange e a Lúcia também tinham uma problematização do pesquisar com crianças: não íamos pesquisar sobre a criança, mas pesquisar *COM* elas. Discutíamos a própria política de pesquisa, a relação de poder que pode atravessar a posição adulto-criança numa situação de pesquisa.

No doutorado fui orientanda de Solange Jobim e passei a integrar o Grupo interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade (GIPS). Coordenado por Solange, o GIPS tinha três características que prezo muito na vida acadêmica e tento exercitar até hoje: a articulação entre graduação e pós-graduação, o fomento à escrita e a interdisciplinaridade. Além da psicologia, Solange “recebia” alunos advindos dos cursos de design, artes e educação. Outro desejo era discutir as singularidades, o que escapa a massificação das subjetividades e, na interface com a cultura audiovisual. Amparada no conceito de Produção de Subjetividade de Guattari e sua relação com a mídia, acabei me interessando em pesquisar as TVs Comunitárias no Rio de Janeiro. Queria discutir um campo enunciativo que utilizava da linguagem audiovisual da TV em determinadas comunidades, para enunciar-se a si mesmo. Acabei chegando na TV Pinel e na TV Maxambomba. A primeira realizada por uma equipe técnica, profissionais de saúde mental e os próprios usuários, e a segunda composta também por técnicos e por jovens oriundos da Baixada Fluminense, periferia do Rio de Janeiro. As leituras realizadas sobre análise-institucional, somavam-se agora a toda discussão teórico-metodológica que Solange imprimia nos seus cursos sobre Bakthin e as Ciências Humanas. O caráter dialógico da linguagem, trazido para pensar a pesquisa em ciências humanas presente nos cursos de Solange me trazia cada vez mais a necessidade de trazer a fala do “outro” como central na minha pesquisa. Trabalhando na interface da Análise-institucional de Guattari e de Loureau e Lapassade e no Dialogismo e Polifonia de Bakthin, aos poucos delineava-se os contornos de minha primeira Pesquisa-Intervenção. Estimulada nas orientações de Solange, havia sem dúvida uma centralidade teórico-metodológica na proposta de pesquisa que aos poucos tomava alguns contornos, onde a análise de implicação discutida por Lourau, isto é, a análise das próprias condições da pesquisa é inerente aos dados constituídos no seu interior (LOURAU, 1993).

Durante o doutorado tinha o desejo de estudar fora. Meu marido, Tiago Santana é fotógrafo e pensamos em um lugar que seria bom para os dois estarem, tanto para fotografia dele como para os meus estudos. Solange tinha contato com a Marília Amorim, bakhtiniana, professora de Paris VIII, casada Dany-Robert Dufour, diretor do Programa do Colégio Internacional de Filosofia e professor da Universidade Paris VIII, que me recebeu. Além disso foi uma oportunidade de estar na “ambiência” de Deleuze, de Lourau e de Lapassade.

Outra experiência muito bacana, na troca com grupos que trabalham com pesquisas de base participativa foi recentemente, em 2017-2018, através do pós-doutorado com Michelle Fine e Maria Elena Torre através do *Public Science Project* (PSP), ancorado no “*Critical Social/Personality Psychology Program*” do *Graduate Center da City University of New York* (CUNY). A CUNY é uma das maiores universidades públicas em NY. Na

contramão da psicologia tradicional americana de base mais positivista, o grupo liderado por Michelle e Maria trabalha uma psicologia que faz pesquisa quali e quanti, mas que tem toda uma imersão no campo, de pesquisar com a comunidade, que carrega o *ethos* dos estudos em “*black feminism*” e em pesquisa decolonial. No pós-doutorado meu projeto foi aproximar a pesquisa-intervenção da CPAR - *Critical Participatory Actions Research*, como é chamada na literatura anglo-saxã. Deste ano que passei com elas publicamos uma entrevista e um artigo (MIRANDA; FINE; TORRE; CABANA, 2018; MIRANDA; FINE; TORRE; 2020).

3. Mesmo com sua marcante modéstia, seu nome tem se tornado uma importante referência nos estudos de pesquisa-intervenção no Ceará e também no Nordeste. Seu mérito está tanto por seu interesse crítico de discutir as condições contemporâneas da educação formal e informal, de modo especial para a juventude, como também sobre a perspectiva ético-estético-político do PesquisarCOM em seus projetos e orientações em Pesquisa-Intervenção. Nos conta sua trajetória de pesquisa-intervenção no Ceará e como você vislumbra esse cenário atualmente.

Apesar da minha pesquisa realizada no doutorado com TVS Comunitárias no Rio de Janeiro, acho que comecei a trabalhar com pesquisa-intervenção, me colocando neste lugar aqui no Ceará, quando entrei para o programa de pós-graduação (PPG) em 2007. No PPG passei a discutir com mais intensidade metodologia como política de pesquisa. Desde 2004 quando fiz o concurso, eu já era professora de psicologia escolar, supervisora de estágio, e até orientadora de monografias, mas não me dedicava tanto à pesquisa. Também coordenava um Programa de Extensão: TVEZ, Educação para o Uso Crítico da Mídia junto a Professora da Comunicação Inês Vitorino Sampaio. No TVEZ pude dar prosseguimento às minhas inquietações do doutorado, isto é, pensar a mídia, sobretudo a TV como produtora de subjetividade na contemporaneidade. Mas atuava como campo de extensão, no trabalho com professores e alunos de escolas públicas e com ONGs. Havia levado a extensão para o Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS) que já integrava, a convite da professora Fátima Severiano. O LAPSUS foi o primeiro laboratório de psicologia da UFC formado a partir da pesquisa. No LAPSUS, entrei e fui fazer extensão. Fazia extensão vinculada a um laboratório de pesquisa, eminentemente de pesquisa, mas não lembro de eu pensar assim: “eu tenho que agora fazer uma pesquisa aqui dentro, eu tenho que nomear isso como pesquisa, já que eu estou em um laboratório...”

Meu primeiro PIBIC com bolsa foi em 2007, coincidindo com a entrada como professora da pós. Como disse com a entrada na pós-graduação comecei a sentir uma certa necessidade de dar um nome ao que estávamos trabalhando, publicando, e ainda com a “coincidência do PIBIC”. Até 2007 a maioria dos trabalhos apresentados eram oriundos da extensão, do TVEZ. Posteriormente, em 2010 entrei para a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). No encontro aqui no Ceará, em Fortaleza, fui convidada pela Solange Jobim para participar de um grupo da ANPEPP que dentre as múltiplas formações tinha a proposta de discutir o PesquisarCOM como política de pesquisa em Psicologia, isto é, o outro não visto como um objeto ou informante, mas sim como atuante no cotidiano da pesquisa. Foram várias formações desse GT. A última formação em que eu participei em 2018, o GT teve o nome: “Tecnologias, Subjetividades,

## 1

Para conhecer mais a trajetória de Veriana Colaço ver MIRANDA; LIMA; SOUZA FILHO; LAVOR FILHO, (2020)

## 2

Sobre a presença da linguagem audiovisual através do vídeo como dispositivo de pesquisa e de extensão, ver: Miranda (2014); Miranda, El Khouri, Souza Filho, Oliveira (2017); Miranda, Souza Filho, Feitosa (2019); Miranda, Sampaio; Sousa, Veras (2019)

Políticas e Escrita de pesquisa” coordenado por Marcia Moraes da UFF. Nestes anos de participação discutimos e publicamos sob diversas lentes teóricas, dentre os quais posso destacar: Teoria ator-rede; Dialogismo; Análise Institucional e Cartografia, o *ethos* do processo de pesquisa em Psicologia.

Mas voltando um pouco no tempo, outro marco para mim foi em 2009, quando só tínhamos o mestrado. Na época, a Profa. Veriana Colaço <sup>1</sup>, uma das fundadoras do programa, sempre desbravadora, propôs fazer uma pesquisa sobre o perfil da juventude de escola pública aqui no Ceará, com base numa pesquisa já nacionalmente validada. Uma pesquisa interinstitucional também nos ajudaria na consolidação do PPG, visando a autorização para o Doutorado. Assim, articulando os Grupos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS, desenvolvemos a pesquisa de base quantitativa intitulada “Adolescência e Juventude Brasileira: Situações de Risco e Redes de Proteção na cidade de Fortaleza”. Como disse, esta pesquisa teve a coordenação geral da Profa. Veriana Colaço, e abordou temas relacionados à educação, saúde, sexualidade, família, comunidade, lazer, trabalho, violência e drogas, levantando dados sobre adolescência e juventude na cidade de Fortaleza. Veriana chamou algumas professoras que trabalhavam com juventudes, compondo células da pesquisa guarda-chuva. Éramos 5 pesquisadoras: além de Veriana e eu, as Professoras Andrea Cordeiro, Zulmira Bonfim e Idilva Germano, com suas equipes. Publicamos um livro sobre a pesquisa, [ver COLAÇO; CORDEIRO, 2013]. Vínhamos de uma trajetória de pesquisa participante, pesquisa qualitativa. Era preciso então que aquele formulário quanti que deveria ser aplicado em mais de 40 escolas públicas, com mais de 1000 jovens participantes, envolvesse de alguma forma às comunidades escolares. Então, ao final, fizemos na UFC um fórum com a participação dos agentes escolares onde convidamos todas as escolas participantes para a restituição dos resultados, estabelecendo um diálogo com as escolas envolvidas. A discussão iniciada no fórum acerca de violência, sexualidade, perspectiva de futuro, relação com a escola dentre outros temas, gerou uma cartilha e pesquisas qualitativas. Trouxemos para o auditório da Psicologia, para as salas de aula transformadas em GT’s, alunos, professores e gestores para debatermos não apenas os resultados da pesquisa, mas criarmos estratégias de como trabalhar com alguns dados na própria escola. Não era uma devolutiva em forma de palestra. Estávamos bem mais próximas de uma restituição enquanto “análise coletiva da situação presente”, como bem fala Kátia Aguiar e Marisa Rocha (AGUIAR; ROCHA, 2007) ao discutir a contribuição de René Lourau. Este fórum como restituição foi o gancho para a continuação de algumas pesquisas participativas, agora imersas no cotidiano de algumas escolas.

A pesquisa “Juventude, mídia e sexualidade: Uma análise das relações entre sexualidade e mídia com jovens de Fortaleza” foi um desses desdobramentos. Nela criamos uma oficina de vídeo como dispositivo da pesquisa, para discentes falarem sobre a relação sexualidade e mídia em suas vidas, fazendo um vídeo sobre isso. O vídeo com este caráter enunciativos dos seus modos de subjetivação cotidianos. Na segunda pesquisa, “Juventudes e Mídia: um estudo sobre consumo, apropriação e produção de mídia por jovens estudantes de Escola Pública de Fortaleza-CE”, também articulada ao Programa de extensão TVEZ, problematizava as juventudes não apenas como consumidores de mídia, mas como produtores de conteúdo. Trabalhávamos o processo de enunciação dos alunos e alunas a partir da mídia, e no caso a linguagem audiovisual televisiva, novamente tendo como mote a oficina de vídeo nas escolas como dispositivo de pesquisa. Temos alguns textos publicados acerca disso...<sup>2</sup> Mas enfim, foi através dessas pesquisas que a articulação pesquisa-extensão se tornou, digamos, mais orgânica. O intervir para conhecer de Lourau nunca fez tanto sentido!

De lá para cá participei de várias pesquisas, quer na condição de orientadora, quer de coordenadora, sempre procurando trazer a inseparabilidade entre pesquisa e intervenção, na maioria das vezes tendo como lócus de trabalho escolas públicas, trabalhando com a comunidade escolar algumas instituições presentes em seu cotidiano, cujo os efeitos nos modos de subjetivação. De um lado a medicalização da infância e da juventude; a cultura disciplinar e os dispositivos de controle; os efeitos da mediação da sociedade no território escolar; a precarização do trabalho docente. De outro, forças que atravessam e se engendram nas nossas escolas relacionadas a uma certa invenção de novos possíveis que também habitam seu território, através de por exemplo de agenciamentos artísticos e culturais; formação política, trocas informais e mesmo inserções curriculares que formam resistências em seu cotidiano micropolítico. Como disse, ao longo desses anos procuramos inventar alguns dispositivos de pesquisa para ajudar a compor o território escolar, tais como: observação-participação de sala de aula, oficina de vídeo, oficina de fanzine, formação de professores, curso de extensão dentre outros. Com o decorrer dos anos a relação pesquisa-extensão no nosso grupo com discentes da graduação e da pós foi se tornando mais orgânica. Os projetos e cursos de extensão que coordeno estão articuladas às pesquisas: Extensionistas, bolsistas PIBIC e pós-graduandos trabalham juntas.

Por fim, outro ponto de Inflexão foi a ida para o Pós-Doutorado em 2017 na CUNY e o contato com o *Public Science Project* (PSP) de Michelle Fine e Maria Elena Torre pude traçar linhas comuns da PI com a *Critical Participatory Action Research* (CPAR). Nos grupos que frequentei que adotam a CPAR como *ethos* de seus trabalhos, todo processo da pesquisa é construído no coletivo com a comunidade da pesquisa, da criação dos dispositivos a análise e divulgação dos resultados, a aplicação dos instrumentos. É o que o Pesquisador Indiano Appadurai chama de “O Direito a Pesquisa” (2006). Da pesquisa no seu potencial democrático, como capacidade geral de organizar investigações de coisas que precisamos conhecer, mas ainda não conhecemos. Assim segundo Appadurai, todos os seres humanos são pesquisadores, pois todos tomam decisões que requer ir além do conhecimento que já se tem.

Pois bem, no meu retorno para a UFC em agosto de 2018, montamos com os discentes, o Projeto de Extensão: “É da nossa escola que falamos” e fomos “bater na porta de algumas escolas”, extensionistas, PIBIC, pós-graduandos, para propor um projeto em que criaríamos com os alunos, com base nos seus próprios interesses, pesquisas sobre o seu cotidiano na escola. Ou seja, os alunos que iriam dizer o que queriam pesquisar sobre a micropolítica de seu cotidiano escolar. Na terceira fomos bem sucedidos! Risos! A nossa pesquisa seria acompanhar o processo de pesquisa deles. O que os mobiliza no cotidiano da escola a ponto de quererem saber mais? Montamos um curso de extensão e partimos para a formação de 40 alunos. Foi incrível! Eles pesquisaram sobre racismo na escola; questões de gênero; sexualidade; tensão pré-vestibular; cidadania no espaço escolar dentre outros temas. Apresentaram suas pesquisas para os professores que gerou mais e mais trabalhos com a escola, com cada tema engendrando novos desdobramentos e sendo também transformadas em pesquisas de TCC, mestrado e doutorado. Acho que a potência deste trabalho é pensar a questão da decolonização do saber no cotidiano de instituições educacionais! De 2019 para cá também estamos investindo na Formação de Pesquisadores no Ensino Médio através do PIBIC-EM do CNPq.

Vocês também me perguntaram como vislumbro o cenário da pesquisa-intervenção. Gostaria de falar do cotidiano do curso que habito. Sem dúvida na Psicologia da UFC, temos de longas datas, colegas, professoras e professores que também trabalham com o guarda-chuva da pesquisa participativa e fazem trabalhos incríveis, para citar dois ligados a pós-

graduação: o Núcleo de Pesquisa Comunitária, o NUCOM, (coordenado pela Profa Verônica Ximenes) e o LOCUS (de Profa Zulmira Bonfim) que trabalha com Psicologia Ambiental. Ambos com uma base freiriana e da Psicologia Latino Americana muito sólida e trabalham com pesquisa-ação. Mais recentemente temos outros núcleos e laboratórios trabalhando com cartografia, esquizoanálise e pesquisa inter(in)venção, trazendo questões decoloniais na problematização da pesquisa, a exemplo do VIESES (Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação), liderado pelo Prof. João Paulo Pereira Barros. Eu tenho tentado contribuir neste campo das pesquisas-participantes, sobretudo pesquisa-intervenção com uma matriz mais da Análise Institucional e da Cartografia, mas acho incrível este caldo que se mistura e transborda em várias direções. Existem outros referenciais e outras formações que vão entrando e vão modificando e por vezes nos colocam contra a parede. Esse estranhamento do que a gente faz é necessário para manter o *ethos* da pesquisa-intervenção e da pesquisa participante de um modo geral.

4. Sua carreira na Universidade Federal do Ceará está fortemente marcada pela área da Psicologia Escolar/Educacional, da qual é professora titular da respectiva disciplina no curso de graduação e nos trabalhos de pesquisa na pós-graduação. Como você percebe as transformações do campo de Psicologia Escolar Educacional ao longo de sua trajetória?

Ao longo da história, a Psicologia se institucionalizou em muitos lugares e começou a habitar a escola com um viés um tanto “adaptacionista”, isto é a psicologia se colocando na escola e na educação para pensar o campo da normalidade e da normatização da infância e da adolescência: a Psicologia do escolar. Inclusive quando eu entrei na UFC, o nome da disciplina era Psicologia do Escolar e Problemas de Aprendizagem. Tenho que fazer menção aqui ao Prof. Dr. Jesus Garcia Pascoal, que era o companheiro na discussão da Psicologia Escolar no curso. O Prof. Pascal vinha de uma discussão mais histórico-cultural, de Vygotsky, trabalhava com aprendizagem, e eu com uma visão mais institucionalista da Psicologia Escolar. Apesar de termos matrizes teóricas distintas, a gente se encontrava nesse incômodo.

Ao meu ver ainda atualmente, por vezes, a psicologia escolar/educacional, ainda se vê enredada em fazer a psicologia do escolar, e não trabalhar a escola como instituição. É interessante que existem outros campos de atuação como na assistência social e na saúde, que parecem ter avançado mais, inclusive na discussão da necessidade de profissionais de psicologia nestes setores. Na educação, temos um projeto de lei que ficou praticamente parado por 19 anos, e que finalmente foi aprovado e nos traz a questão do que fazer nas escolas públicas<sup>3</sup>!

Tem um texto da Adriana Marcondes Machado que acho muito bacana: “Exercer a Postura Crítica: Desafios no Estágio em Psicologia Escolar” (2014). Com base na sua experiência de supervisora de estágio na USP, ela nos conta como os/as discentes chegam no estágio e sabem o que NÃO devem fazer: Não devem rotular ou contribuir para medicalização de crianças e jovens; Não devem produzir/ reproduzir relações desiguais de poder com interpretações totalitárias, por exemplo. Mas o que fazer, como agir diferente? Aos poucos o texto nos mostra a importância do trabalho do/da estagiário/a em se implicar no cotidiano institucional, como uma peça que faz parte sim dessa engrenagem, tanto na reprodução, como na

produção de resistências cotidianas, o que pode ser efetivamente um bom começo... Como nos compomos, profissionais *psi* com a comunidade escolar? Quais as instituições que nos atravessam e nos constituem na relação com a escola, ou com uma política pública? Estes podem ser bons questionamentos para reger nossa ação...

Dito isso, tenho também apostado de que a gente não pode ficar no lugar de coitado/a, em discursos do tipo "que coisa, ninguém sabe o que faz a psicóloga/psicólogo escolar/educacional". Sempre falo para meus alunos: quem está fazendo psicologia somos nós!!! Os outros não têm obrigação de saber o que podemos fazer! Temos que afirmar que nossas práticas em psicologia escolar não estão localizadas apenas no trabalho com a queixa escolar em relação aos seus alunos. Estamos produzindo práticas em psicologia escolar quando estamos trabalhando com formação de professores/as e discutindo, por exemplo, seu cotidiano precarizado; quando trabalhamos a relação que a escola estabelece com a comunidade; quando pensamos em políticas públicas educacionais; quando discutimos e pensamos conjuntamente com a comunidade estratégias de enfrentamento à violência, desigualdade de gênero ou o racismo na escola; quando trabalhamos o currículo; quando discutimos a interface da mídia e das tecnologias no território escolar e os efeitos de subjetivação em crianças e jovens; quando propomos campos de expressão de si, de acolhimento e cuidado coletivo no território escolar... só para citar alguns exemplos. Temos que fazer e dizer: isso é também psicologia escolar, e não ficar dizendo que os outros não sabem o que a gente faz.

Talvez o mais importante é a gente entender que ocupar a escola, esta instituição expandida e tornada obrigatória na Modernidade ocidental como lugar de disciplinarização, democratização e legitimação do que é considerado saber, em que atualmente no Brasil, crianças e jovens devem habitá-la pelo menos por 13 anos de suas vidas, é também habitar um lugar privilegiado de produção de subjetividade, e pensar que sujeito se quer formar. A escola como um lócus privilegiado que reproduz e inventa modos de ser no seu cotidiano o tempo todo! Enfim, nós, profissionais da psicologia, que temos como objeto de trabalho a subjetividade, não podemos nos furtar de estar no campo educacional!

5. Antes e em decorrência da pandemia, a escola tem passado por várias transformações, seja pelas metamorfoses da infância e juventude ou ainda pela própria estrutura da escola, de modo especial pela presença das Tecnologias de Informação e Comunicação. Quais potências e desafios da pesquisa-intervenção na Psicologia escolar/educacional para a Escola contemporânea?

O momento pandêmico para educação serviu para escancarar a desigualdade social no Brasil. Estamos vivenciando uma "necropolítica educacional", pois no contexto da pandemia o processo escolar só se tornou possível com o uso da internet. Assim, quem não tem internet, ou quem tem só um "celularzinho", está praticamente fora. Mecanismos de exclusão que "faz morrer educacionalmente" um contingente populacional, malgrado esforços de professores e gestores de imprimir trabalhos, colocar conteúdo no rádio da cidade, para citar algumas iniciativas vistas... Então, a pandemia abre um fosso profundo, dos que têm acesso e dos que não tem acesso.

Quando eu estava no Programa de Extensão que coordenei durante 13 anos, o TVEZ, já falávamos nas e com as escolas sobre a inclusão digital

como direito, como pensar o direito à comunicação como inserido nos direitos humanos. É o direito de você poder se enunciar com as ferramentas comunicacionais do seu tempo. Isso implica em inclusão digital. Mas o que víamos era a mídia, as tecnologias de comunicação muitas vezes vistas ou como tábua de salvação, numa visão tecnicista, ou como vilã para as escolas. Em nossos últimos trabalhos com o TVEZ, discutimos o uso do celular no cotidiano escolar e percebemos um discurso muito judicializado, onde as escolas recorriam a lei para interdição do celular na sala de aula. Pois bem, chega à pandemia e com o fechamento das escolas, a sala de aula migra para a internet, para o celular e este passa a ser muitas vezes o equipamento que dá o mínimo de condição para o acompanhamento dos processos escolares, para a aprendizagem e para o estabelecimento de vínculo com a escola!

Nesse contexto, então me vi de novo pensando essa relação entre os processos educacionais e a apropriação das tecnologias de comunicação. A gente sempre defendeu no TVEZ que a escola é uma tecnologia de época e que as tecnologias digitais também são tecnologias de época que a escola tem que lidar, pois trata-se do repertório de nossa atualidade. Isso não significa ter um posicionamento acrítico, muito pelo contrário! Sempre defendemos a apropriação crítica da mídia no cotidiano escolar, ainda no contexto pré-pandêmico.

Somado a isso, agora no contexto pandêmico, temos refletido acerca do discurso das pedagogias ditas ativas por um lado, através do uso de dispositivos e aplicativos e, por outro, temos visto uma certa atualização de mecanismos disciplinares e de controle, agora no contexto remoto. Parece estarmos vivendo uma atualização do que Paulo Freire chamava de “educação bancária” transferida para o contexto digital. Temos analisado o silenciamento existente da e na sala de aula. Aulas dadas para “bolinhas” sem corpo e sem voz, onde os microfones devem permanecer fechados pois é tecnicamente impossível ouvir mais de um ao mesmo tempo. Walter Kohan, em live exibida organizada pela ANPEd questiona se, esta escola sem corpo, esta escola sem cheiro, ainda pode ser chamada de escola (KOHAN, 2020).

Tudo isso somado a um processo de esgotamento mental de docentes e discentes no contexto pandêmico... enfim, creio que teremos muita discussão, muita tarefa ainda a ser feita acerca dos processos subjetivos da educação, sobretudo da educação pública, no contexto da pandemia nos próximos anos!

Pensando nestas questões que iniciamos uma nova pesquisa “Escola, Promoção de saúde e Modos de subjetivação em tempos de pandemia”, que através do *ethos* da pesquisa-intervenção, do pesquisador *COM* pretende problematizar os efeitos da pandemia nos modos de subjetivação de estudantes e professores da rede pública do Ceará. Dentro dessa temática “guarda-chuva” temos projetos de pesquisa e de extensão com estudantes de graduação e da pós-graduação que vão discutir, por exemplo: A possibilidade de formação de vínculos com a escola neste contexto; as competências socioemocionais acionadas pelos saberes *psi* para dar suporte às escolas; a apropriação de linguagens artísticas para narrar o experienciado na pandemia, dentre outros possíveis interesses relacionados à micropolítica do cotidiano escolar.

6. Quais as contribuições da pesquisa-intervenção para o fazer pesquisa em Psicologia, considerando-se o momento atual de inúmeros desafios para a ciência e para a produção de conhecimento?

Interessante vocês perguntarem isso no atual contexto em que temos que defender e afirmar o saber científico diuturnamente. Em que temos, cada vez mais, mostrar a qualidade da universidade pública, sua importância nas pesquisas e na democratização do saber, nas mais diferentes áreas. A saúde, por questões óbvias atuais, está no foco do debate, mas trata-se de afirmar a importância da contribuição na diversidade dos mais diferentes campos de conhecimento, dentre eles das ciências humanas que tem sofrido com descaso, traduzido em cortes e de discursos por vezes “oficiais” que a desautorizam. Assim, estar no nordeste brasileiro, no Centro de Humanidades, numa universidade pública, trabalhando com graduação e pós-graduação de um curso de Psicologia, focando na escola pública e utilizando-se do *ethos* da pesquisa-intervenção no atual contexto, creio ser um ato de resistência!

As vezes fico pensando como os historiadores vão explicar que, em 2020 no Brasil, a comunidade científica tinha que elucidar a importância da vacina para frear a pandemia, e ainda, afirmar que a Terra não é plana, e que a Universidade Pública não é um lugar em que professores ensinam como seduzir crianças e fumar maconha, dentre outros debates “sem noção” que atualmente nos rondam. Voltando a escola, como os historiadores irão explicar que, em pleno contexto de necessidade de afirmação de sua importância e valorização, não apenas para o compartilhamento do conhecimento, mas como lugar social e afetivo na vida de crianças e jovens, a discussão no Ministério da Educação no Brasil atual seja a aprovação do *homeschooling* no Congresso Nacional?

Mas vocês me perguntam sobre a contribuição da pesquisa-intervenção no debate atual. Para além da pesquisa-intervenção, a nossa existência coletiva, agora, já é um ato de resistência, e, no caso da pesquisa-intervenção, eu acho que ela traz, não é que inaugure, mas talvez radicalize esse *ethos*, esta certa forma de compor com o outro que aqui tentei trazer, que é de uma pesquisa socialmente implicada, em que se discute a impossibilidade da neutralidade da pesquisa quando somos atravessados pelo discurso, pela cultura, pelas instituições que nos atravessam e nos constituem. Mas isso não quer dizer que a pesquisa-intervenção não seja profundamente rigorosa. O rigor, por exemplo, está quando você deve trazer à tona a cena enunciativa que compõe a pesquisa, colocar a vista todas as peças que compõem o seu “tabuleiro”, inclusive a sua implicação. Trazer o processo de análise coletiva e afirmar que isso é fazer ciências humanas, isto é fazer psicologia. A gente está fazendo algo que não é só pra marcar o nosso pontinho no currículo Lattes ou no Sucupira, mas exercitando algo que faz sentido também para e com as comunidades, com as instituições em que se estamos trabalhando. Fazer com o outro, dedicar-se a uma produção eminentemente coletiva, é eticamente, politicamente importantíssimo no contexto atual. Penso que a Pesquisa-intervenção nos convoca a isso o tempo todo.

## Sobre o artigo

**Recebido:** 10/06/2021

**Aceito:** 17/07/2021

## Referências bibliográficas

- AGUIAR, K.; ROCHA, M. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em análise. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão do CFP**, n. 4, ano 27, 2007.
- COLACO, V. E CORDEIRO, A. (org.). **Adolescência e Juventude: Conhecer para Proteger**. São Paulo, Casa do psicólogo, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GUATTARI, F. **Caosmose: Um Novo Paradigma Estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. 3.ed. Campinas, Papirus, 1997.
- GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 5Ed.Petrópolis, Vozes, 1999.
- KOHAN, W. Tempo para Pensar. Educação entre a vida e a morte. **Youtube**. 12/05/2020-a. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/live-anped-presente-na-quarentena-recebe-o-professor-professor-walter-kohan-uerj-nesta-quarta>. Acesso em 15/08/2020.
- LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.
- MACHADO, A.M. Exercer a Postura Crítica: Desafios no Estágio em Psicologia Escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 3, 2014, p. 760-773.
- MIRANDA, L. L. Guattari: Um Militante à Flor do Cosmos. **O Povo**, Fortaleza - CE, p. 5 - 5, 18 nov. 1995.
- MIRANDA, L.L. Uma câmera na mão e um dispositivo na cabeça: Carta Aos Pesquisadores. In: TAVARES, G. M.; MORAES, M.; BERNARDES, A. G. (orgs.). **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, p. 77-88, 2014.
- MIRANDA, L. L.; SOUZA, S. J. E. La Télévision dans une banlieue de Rio de Janeiro: créer des images, raconter des histoires. In: AMORIM, M. **Images et Discours sur la Banlieue**. Ramonville: Éditions érès, p. 159-178, 2002.
- MIRANDA, L. L.; KHOURI, M. M.; SOUZA FILHO, J. A.; OLIVEIRA, E. N. P.O Vídeo Como Dispositivo Na Pesquisa Com Jovens Estudantes: Contorno(S) Estético-Ético-Político(S). **Revista de Psicologia da UFC**, v.8, n. Ed Esp. p.53 - 64, 2017.
- MIRANDA, L. L.; FINE, M.; TORRE, M. E.; CABANA, A. Participatory Action Research (PAR) with LGBTQ+ & GNC youth in the United States: An interview with Michelle Fine, Maria Torre, and Allison Cabana. **Revista de Psicologia da UFC**, v.9, p.130 - 138, 2018.
- MIRANDA, L. L.; SOUZA FILHO, J. A.; FEITOSA, G. L. Fanzine e Vídeo e as (im)possíveis formas de escrita In: **Pensar, fazer e escrever: o PesquisarCOM como política de pesquisa em psicologia**.1 ed. Chapecó: Argos, p. 149-176, 2019.
- MIRANDA, L. L.; SAMPAIO, I. S. V.; SOUSA, E. B.; VERAS, L. M. Vídeo Na Escola e Com a Escola: Experiências de criação audiovisual numa Ação de Extensão In: OLIVEIRA, A. A. S. de; MIURA, P. O. **Artes e Humanidades**.1 ed. Maceió: UDUFAL, p. 173-193, 2019.
- MIRANDA, L.L., FINE, M. & TORRE, M.E. Possible Connections Between Intervention Research (IR-Brazil) and Critical Participatory Action Research (CPAR-USA). **Trends in Psychol**. 28, p. 133–147 (2020).

MIRANDA, L. L.; LIMA, A. F.; SOUZA FILHO, J. A.; LAVOR FILHO, T. L. Mediação e afetividade na construção da Psicologia Histórico-cultural no Estado do Ceará: uma entrevista-homenagem com Veriana Colaço. **Revista de Psicologia da UFC**, v.11, p.10 - 15, 2020.

MIRANDA, L. L.; UZIEL, A. P. O (Des)conforto e a Fluidez de Descartáveis Teóricos. **Cadernos de Metodologia** (PUC/RJ), Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 9-20, 1995.

MIRANDA, L. L. Guattari: Um Militante à Flor do Cosmos. **O Povo**, Fortaleza - CE, p. 5 - 5, 18 nov. 1995.

RODRIGUES, H. B. C., SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise Institucional no Brasil**. 2ed.Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, v. 1, p. 27-46, 1987.